

ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO¹

Pedro Antonio Vieira²
Helton Ricardo Ouriques³

“Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (Paul Lafargue).

“Se cada instrumento pudesse executar por si mesmo a vontade ou a intenção do agente, como faziam, dizem, as marionetes de Dédalo ou os tripés de vulcano, que vinham por si mesmos, segundo Homero, aos combates dos deuses, se a lançadeira tecesse sozinha a tela, se o arco tirasse sozinho de uma cítara o som desejado, os arquitetos não mais precisariam de operários, nem os mestres de escravos” (Aristóteles)

Resumo: Após identificar e descrever cinco importantes enfoques sobre a questão do *trabalho* na atualidade procura-se, neste artigo, alinhar argumentos para uma crítica de um deles: a corrente marxista da centralidade do trabalho. Para tanto, argumentaremos que o conceito de trabalho é uma abstração própria da prática e da mentalidade burguesas, as quais também operaram uma inversão no valor social das atividades produtivas. Desprestigiadas em praticamente todas as sociedades classistas anteriores, no capitalismo elas ganharam o *status* de nobreza, sendo consideradas a fonte da propriedade (Locke), da riqueza (Smith) e do capital (Marx). Este último foi mais longe quando afirmou que trabalho é uma atividade natural e eterna do homem e responsável por sua humanização. O texto critica esta *naturalização* de um traço específico da cultura capitalista. Por fim, seguindo Marx, argumenta-se que a tendência à economia de tempo de trabalho está subvertendo a centralidade do trabalho no próprio capitalismo.

Palavras-chave: trabalho, centralidade do trabalho, capitalismo.

Classificação JEL: J0, J00

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no XI Encontro Nacional de Economia Política. Agradecemos os comentários e sugestões do Prof. Hoyêdo Nunes Lins que contribuíram para melhorar a versão anterior.

Recebido em 01/06/2006. Liberado para publicação em 29/09/2006.

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em Economia da UFSC. Correio: pavieira@cse.ufsc.br

³ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Correio: helton@cse.ufsc.br

Grounds for a critique of the centrality of work.

Abstract: After identifying and describing five important aspects concerning the issue of work at the present time, this paper seeks to present arguments for a critique of one of them: the Marxist stream that defends the centrality of work. To that end, we argue that the concept of work is an abstraction resulting from the bourgeois practice and mentality which has also contributed to an inversion in the social values of productive activities. Devalued in practically all former class societies, productive activities, with capitalism, gained a noble status, being considered the source of property (Locke), wealth (Smith) and capital (Marx). Marx stressed the importance of productive activities when he stated that work is a natural and permanent activity of mankind, one that is also responsible for our humanization. In the present paper we criticize this naturalization of a specific characteristic of capitalist culture. Finally, following Marx, we argue that the tendency to save work time is subverting the notion of centrality of work in capitalism itself.

Key words: work, work centrality, capitalism.

JEL Classification: J0, J00.

I Introdução

Nos últimos anos, como parte do debate sobre o crescente e persistente desemprego, emergiu a discussão sobre a importância, presente e futura, do trabalho como elemento organizador da vida social. Como não podia deixar de ser, são muito diversas as posições sobre o tema.

As análises de Gorz (1982, 1997 e 2003), Offe (1989), Aznar (1995) e Rifkin (1995), entre outros, a par de suas diferenças, convergem para a interpretação de que o próprio desenvolvimento do capitalismo colocou e está colocando em xeque a tese da centralidade do trabalho. O fundamento dessa análise, grosso modo, é a percepção de que, como decorrência da automação, vem ocorrendo uma redução do trabalho vivo nos processos produtivos.

Tal ponto de vista foi criticado por vários autores, que insistem vigorosamente na persistência da centralidade do trabalho. As obras de Antunes (1995, 1999 e 2005), Lessa (2002) e Prieb (2005) são boas sínteses dessa posição, fundamentada nas idéias de Marx e Luckács. Mas entre esta duas posições há outras três, não menos expressivas socialmente. Além de descrever as características destas correntes, este artigo objetiva também questionar a centralidade do trabalho, que será mostrada como uma construção teórica e prática restrita ao capitalismo.

Não temos dúvidas de que se trata de um tema delicado. Por isso, reproduzimos aqui o alerta feito recentemente por Domenico De Masi (1999): "como trabalhadores, como desempregados, ou como pais de desempregados, de uma maneira ou de outra, estamos 'dentro' do problema da **falta de trabalho**" (p.6) (grifos nossos).

Além deste envolvimento emocional, pelos menos outros três fatores dificultam uma abordagem mais ousada sobre o lugar do trabalho na vida social atual: 1) sob o domínio do capital, ao longo dos últimos 200 ou 300 anos, as atividades produtivas genericamente denominadas trabalho deixaram de ser vistas como **meios de obtenção de valores de uso**, para se constituírem, além de fontes de mais valia, em meios de obtenção de prestígio moral e de identidade social. Daí que a crítica a esta *nobilíssima* atividade provoca as mais emotivas reações, como se ameaçasse as bases morais e éticas do edifício social e mesmo da própria existência humana. Na verdade, para muitos de nós, o trabalho passou a ser visto como parte constitutiva da própria humanidade; 2) porque beneficiam-se diretamente dela, os interesses daqueles cuja posição social se fundamenta na exploração das forças de trabalho, são de fato os mais ameaçados com as críticas à ideologia do trabalho; 3) por último, mas não menos importante, os defensores da centralidade, que historicamente depositaram suas esperanças revolucionárias na classe trabalhadora, têm enormes dificuldades em romper com essa tese, pois seriam forçados a rever tanto suas concepções teóricas quanto suas práticas políticas.

O texto está organizado da seguinte maneira: na Seção 1 apresentaremos os cinco enfoques acima referidos; na Seção 2 faremos a exposição das idéias que fundamentam nossa crítica (detalhada na Seção 3) à tese da centralidade do trabalho. Finalmente, efetuaremos as considerações finais.

1. Cinco posições diante da questão do trabalho

Mesmo sabendo dos riscos inerentes a qualquer taxonomia, nesta seção nos propomos a identificar, ainda que em linhas gerais, os mais importantes pontos de vista sobre o trabalho. Pudemos perceber cinco enfoques, que se distinguem não apenas pelo diagnóstico da crise atual e seus impactos sobre a classe trabalhadora, quanto pelas soluções que propõem para o problema do desemprego. Como o leitor poderá observar, optamos não fazer críticas às argumentações dos representantes de cada uma dessas correntes. Contudo, como um dos objetivos desse texto é discutir criticamente a tese da centralidade do trabalho, especial atenção será dada à posição da corrente marxista.

1.1. O Enfoque Social Democrata

Interpretando os atuais níveis de desemprego como decorrentes das inovações tecnológicas, de certa rigidez no mercado de trabalho e da preferência pela estabilidade em detrimento do crescimento, o enfoque social democrata continua defendendo a validade e mesmo a possibilidade de alcançar o pleno emprego, desde que sejam adotadas as medidas corretivas adequadas⁴.

Desde sua criação, a Organização Internacional do Trabalho tem funcionado como o principal organismo defensor desse enfoque. Suas publicações, ricas em

⁴ Do ponto de vista das forças sociais, esta interpretação encontra ressonância nos movimentos sindicais da Europa e fora dela, como é o caso da CUT e do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

detalhes e sólidas em fundamentação teórica e empírica, expressam historicamente o pensamento da social-democracia. No documento “*El empleo en el mundo 1996-97*” (1996), por exemplo, predomina a visão economicista, matizada pela defesa da intervenção do Estado e da necessidade de não destruir o sistema de proteção social e legal dos trabalhadores, ainda que se admita uma certa flexibilização do mercado de trabalho.

Já a publicação “*Informe sobre el empleo en el mundo 1998/1999*” reconhece a “persistencia de un fuerte desempleo y subempleo, donde la preocupación por la exclusión social que se deriva de unas oportunidades de empleo limitadas” (OIT, 1998:1). Mas, ao mesmo tempo, ao mencionar o rápido ritmo da mundialização e do progresso tecnológico e os problemas de instabilidade e dificuldades para se manter a “empregabilidade” de uma grande parte das populações ativas dos países, o texto afirma que “esas nuevas fuerzas económicas brindan nuevas oportunidades de crecimiento de la economía y de expansión del empleo” (ibidem, p.1-2). A receita proposta pela OIT é simples: “todos los países tienen que invertir más en la formación y el perfeccionamiento profesional de su fuerza de trabajo” (ibidem, p. 2).

Portanto, mesmo reconhecendo que “la situación del empleo en el mundo sigue siendo sombría, y el desempleo y el subempleo imperan en casi todos los países” (ibidem, p. 221), a OIT acredita que somente uma audaciosa iniciativa estratégica tripartite (governos, empregadores e empregados), através dos esforços de melhor qualificação das forças de trabalho⁵ e da redução da rigidez dos mercados de trabalho, pode garantir a renovação do compromisso em prol do pleno emprego.

1.2. O enfoque liberal ou o economicismo radical

Para os liberais, a questão do trabalho nem se coloca. Supõem que, uma vez dadas as condições necessárias para o livre funcionamento do mercado, as possibilidades de crescimento da produção seriam infinitas, o que teria como resultado necessário o aumento da demanda de força de trabalho. Por condições necessárias entenda-se, na atual fase do capitalismo, a completa liberalização das relações capital-trabalho, ainda que seu objetivo maior, de longo alcance, seja o fim da relação de emprego como ela veio se constituindo ao longo dos últimos 200 anos. Esta pretensão supõe que o único obstáculo à expansão ilimitada da exploração só pode ser o trabalhador. Por isso, é necessário retirar todos os impedimentos políticos e legais à completa sujeição das pessoas à tirania do capital.

Neste sentido, todas as propostas de flexibilização na contratação e no uso da força de trabalho são medidas preparatórias para a abolição do vínculo empregatício, como o demonstram neologismos do tipo “*post-job organization*”, que seriam lugares onde há trabalho para ser executado e não mais organizações construídas sobre cargos ou empregos (*jobs*). A contraparte desta organização seria o “*de-jobbed worked*”, aquele

⁵ O capítulo 8 do documento, que trata da “importância da formação”, detalha os mecanismos para se ampliar a qualificação e insiste na necessidade de os países reformarem seus sistemas de formação de trabalhadores.

que "faz o que é necessário e realiza os valores e pontos de vista da organização"; e, mais importante, se *autoadministra*, procedendo como dono do negócio: "*the new self-management is acting toward the business at hand as if you had an ownership in it*" (Fortune, 19.9.1994:74).

William Bridges (1995), por exemplo, inicia seu livro afirmando que "os trabalhadores de hoje precisam esquecer completamente os empregos e procurar, em vez disso, o trabalho que precisa ser feito – e então se organizarem quanto à melhor maneira de realizar o trabalho" (p. XV). O autor argumenta que, "em lugar de empregos, há situações de trabalho em tempo parcial e temporário" (p. 1). Assim, diante do desaparecimento definitivo dos empregos, resultante das transformações tecnológicas nos processos produtivos e administrativos, caberia aos indivíduos prepararem-se para a "mudança que já aconteceu". A preparação consiste na habilitação individual dos trabalhadores para "administrarem" essa transição em suas carreiras e em suas vidas. Por isso, ele dedica boa parte de seu livro à descrição de um receituário para que o trabalhador "transforme a si mesmo num negócio"⁶.

Com um enfoque mais explicitamente anti-estatal, Béatrice Majnoni d'Intignano (1999), argumenta que a raiz do desemprego contemporâneo na França e na Europa é o próprio Estado de Bem-Estar Social:

"O contexto no qual se desenvolveu esta máquina infernal [o desemprego] foi o do progresso técnico, do livre-câmbio e das crises do petróleo. Mas ela nutriu-se, antes de mais nada, da crônica fraqueza dos europeus, incapazes de adaptar rapidamente suas regras sociais e suas políticas macroeconômicas no sentido de criar empregos que respondessem às necessidades de nossa época. A combinação de salários mínimos e de rendimentos de solidariedade elevados, que diminuem ao mesmo tempo a demanda e a oferta de trabalho, pareceu essencial. (...) Enfim, e principalmente, esta ambivalente atração dos europeus e do mundo político e sindical pelos empregos estatutários atrasou a difusão do progresso técnico e a adaptação das empresas." (p. 217).

Enxergando os Estados Unidos como modelo, a autora vai criticar os benefícios sociais europeus (como a aposentadoria antes dos 70 anos), as políticas de renda mínima, as políticas de redução da jornada de trabalho (a lei das 35 horas implementadas na França na década de 1990) e, o que é mais importante, a legislação trabalhista. Como não poderia deixar de ser, termina defendendo a redução do que se chama comumente de custos de contratação.

1.3. A Nova Esquerda ou a Social Democracia Européia Radicalizada

⁶ Essa seria a "condição interna". Na parte final do livro, William Bridges vai descrever o que as organizações empresariais e a sociedade devem fazer diante do fim dos empregos.

Para esta corrente, a intensidade da inovação tecnológica continuará diminuindo incessantemente as horas de trabalho, transformando em uma grande ilusão a promessa da criação de empregos para todos. Preocupados em impedir a progressão em direção a uma sociedade dualista, que surgiria da clivagem entre empregados e desempregados, seus mais importantes formuladores propõem novos critérios para a distribuição do trabalho, bem como a aceitação social de muitas formas de trabalho que atualmente não são socialmente legitimadas.

As idéias desta corrente alcançaram um público não acadêmico através do famoso livro *O fim dos empregos* (1996), de Jeremy Rifkin, mas seus principais teóricos situam-se na Europa e entre eles despontam André Gorz e Guy Aznar, cujas obras recentes estão dedicadas a demonstrar a necessidade e a possibilidade da superação da sociedade salarial⁷.

André Gorz, que desde o livro *Adeus ao proletariado* (1982) vem fazendo críticas à racionalidade econômica e argumentando que foi o capitalismo quem inventou o trabalho, propôs, em *Metamorfoses do trabalho* (2003), alternativas para o que ele denomina “desmoronamento” da utopia da sociedade industrial fundamentada no trabalho. Suas propostas estão centradas na redução da duração do trabalho e na criação de uma política de renda garantida para todos. Para ele, “a diminuição progressiva do trabalho com fim econômico permitirá que nela [na sociedade] predominem as atividades autônomas; o tempo livre prevalecerá sobre o tempo coagido, o lazer sobre o trabalho” (Gorz, 2003:177). Em suma, Gorz acredita que a crise atual é uma grande oportunidade, “de passar de uma sociedade produtivista ou sociedade do trabalho a uma sociedade do tempo liberado onde o cultural e o societal predominam sobre o econômico” (ibidem, p. 177).

Na mesma linha, porém mais pragmático, Guy Aznar, no livro *Trabalhar menos para trabalharem todos* (1995), subscreve a tese de que o trabalho em tempo integral acabou, “segundo as formas que conhecemos durante o período industrial, de 1850 a 1975” (p. 21). Para ele, precisamos nos conscientizar de que o desemprego não é um fenômeno conjuntural, “mas somente a ponta do iceberg de uma mutação de civilização que atingirá progressivamente todos os países industrializados, depois os outros, e que só está, sem dúvida, nas etapas preliminares” (ibidem, p. 17). Daí a necessidade de preparar essa transição, reduzindo seus danos sociais. Para tanto, ele defende a redistribuição do trabalho e do emprego. Assim, estaríamos ao mesmo tempo aumentando as possibilidades de um tempo livre e combatendo a dualidade social, relacionada ao fato de uma parte das pessoas ter trabalho em excesso e a outra não ter onde trabalhar⁸. O princípio fundamental que perpassa a argumentação do autor é

⁷ Husson (1999) procurar mostrar as debilidades desta tese e o faz a partir de uma boa fundamentação empírica, ainda que simplifique demasiadamente a argumentação de Gorz e de Anzar.

⁸ Aznar apresenta, em detalhes, seis estratégias para a transição: 1) reduzir o tempo de trabalho sem reduzir os rendimentos; 2) a repartição do desemprego; 3) escolher por trabalhar menos, ganhar menos: a escolha do tempo parcial; 4) todos os jovens para o meio-tempo; 5) suprimir o desemprego de longa duração; 6) criar empregos. Para detalhes, ver Aznar (1995), parte II – Redistribuir o emprego.

estimular novas formas de ocupação e de uso do tempo, tendo como pano de fundo que o trabalho, como nós o conhecemos, não pode continuar sendo o centro das nossas vidas e nem a fonte principal dos rendimentos. Por isso, ele termina seu livro defendendo a necessidade de superar a sociedade dualista em benefício da sociedade bipolar, transformando o “viver em dois tempos”, quer dizer, **no** trabalho e fora dele (no tempo livre), em um projeto de sociedade. Em suas palavras:

“Em certos momentos, ser um trabalhador assalariado eficiente numa empresa de alta produtividade e participar também do saber, do poder, da relação social. Em outros, trabalhar para si próprio ou para outros, gratuitamente ou não, em atividades úteis ou não, em outro círculo de relações sociais. Em certos momentos, para algumas coisas, ir mais rápido, utilizar a técnica mais moderna. Em outros, ir lentamente, fazer à mão.”
(Aznar, 1995:281-2)

1.4. O neolafarguismo

Como uma homenagem a Paul Lafargue, autor de *O Direito à Preguiça*, que já no século XIX criticava o movimento operário por estar lutando por trabalho quando devia reivindicar o direito à preguiça, resolvemos denominar de “Neolafarguismo” o movimento que, não aceitando que o trabalho tenha potencialidades emancipatórias, propõe, como fazia Lafargue aos trabalhadores, que estes se libertem do jugo do trabalho.

O texto mais representativo desta posição talvez seja o “*Manifesto contra o trabalho*”, lançado em 1999 pelo grupo alemão *Krisis*⁹, cujo componente mais conhecido no Brasil é o sociólogo Robert Kurz.

O tom, como convém a um manifesto, é ácido, provocativo e mesmo sarcástico. Os autores defendem a tese de que a fonte primária dos males atuais é o culto ao deus-trabalho, que não perde seus fiéis adoradores, mesmo quando, objetivamente, aumenta o desemprego. Dizem eles que “quando menos tem sentido a coerção do trabalho, mais brutalmente insere-se nos cérebros humanos que não haverá mais nenhum pãozinho de graça” (Grupo Krisis, 1999:20). Depois de considerar o trabalho como um princípio de coerção social, de meio da dominação patriarcal e também da classe capitalista, os autores dizem que “a história da modernidade é a história da imposição do trabalho que deixou seu rastro amplo de devastação e horror em todo o planeta.” (p. 40).

Segundo os autores do Manifesto, não somente as classes dominantes são adoradoras do deus-trabalho. Também o movimento operário foi convertido à religião do trabalho: “em vez de criticar radicalmente a transformação de energia em dinheiro como um fim em si irracional, ele [o movimento operário tradicional] mesmo assumiu

⁹ Houve uma cisão no grupo Krisis em 2004. O grupo ligado a Robert Kurz fundou outra entidade, denominada *Exit!*. Como a publicação original foi do Krisis, optamos por mantê-lo como referência.

‘o ponto de vista do trabalho’ e compreendeu a valorização como um fato positivo e neutro.” (p.47).

Considerando que o “trabalho não se deixa redefinir”, o Krisis qualifica como adesão ao *status quo* pretender que “a ilimitada crise da sociedade do trabalho deveria ser solucionada pela consciência social através da elevação “efetiva” das formas de atividade (trabalho doméstico, ajuda da vizinhança, etc.), até então inferiores e laterais à esfera da produção capitalista ao estado nobre de trabalho.” (p. 68) Pode-se ver que o alvo desta crítica são os autores que defendem as posições que neste texto denominamos social democracia europeia radicalizada.

Para o Krisis, “o renascimento de uma crítica radical do capitalismo pressupõe a ruptura categorial com o trabalho.” (p.73) Afirmam peremptoriamente que “o monopólio de interpretação do mundo pelo campo do trabalho precisa ser rompido. A crítica teórica do trabalho ganha assim um papel catalisador” (p. 77).

A posição dos autores é explicitamente libertária:

“As instituições alienadas pelo mercado e o Estado serão substituídas pelo sistema de rede de conselhos, nos quais as livres associações, da escala dos bairros até a mundial, determinam o fluxo de recursos conforme os pontos de vista da razão sensível e ecológica. Não é mais o fim em si mesmo do trabalho e da “ocupação” que determina a vida, mas a organização sensata das possibilidades comuns....” (p. 80).

1.5. A corrente marxista da centralidade do trabalho

Foi Marx quem definiu o trabalho como uma atividade natural e eterna do homem e como criador da própria humanidade. Nestes termos, o trabalho, não apenas seria central no capitalismo, mas em toda a história humana. Como corolário desta proposição e seguindo a Economia Política Clássica, o *constructo* explicativo de Marx sobre a economia capitalista se sustenta na teoria do valor-trabalho. Portanto, todo cientista social ancorado em Marx é por definição um subscritor da tese da centralidade do trabalho. Na filosofia, esta proposição foi retomada por Lukács, que vê o trabalho “como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social (...).” (Lukács, 1980:IV-V, apud Antunes, 1999:136).

No Brasil, Ricardo Antunes pode ser considerado um eminente representante desta corrente¹⁰. Por isso, vamos alinhar aqui os argumentos que ele apresenta em seus principais escritos. Desde *Adeus ao trabalho* (1995), passando por *Os Sentidos do trabalho* (1999) até *O caracol e sua concha* (2005), Antunes vem analisando as transformações no mundo do trabalho e sempre defendendo a permanência da centralidade do trabalho.

Em *Adeus ao trabalho?* (1995), Antunes apresenta cinco teses sobre o trabalho, das quais a primeira é a **negação da perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea**. A primeira diz que as tendências em curso não permitem

¹⁰ Lessa (2002) e Prieb (2005) são outros autores que defendem a mesma tese.

concluir pela “perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias” (ibidem, p. 75). Isso se deve ao fato de, segundo Antunes, esta ser uma “crise do trabalho abstrato” e não do trabalho concreto.

A segunda tese tem a ver com a distinção entre trabalho abstrato e concreto: “uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto) transforma o seu próprio criador” (ibidem, p. 82). Daí Antunes argumentar que os críticos da sociedade do trabalho pecam no essencial: “a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver” (ibidem, p. 84).

A terceira tese diz respeito à crença do autor no trabalho como a principal forma de rebeldia e contestação: “embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho” (ibidem, p. 86). O autor acredita ainda que a classe trabalhadora é a portadora da história, e que a emancipação humana se dará também pelo trabalho.

A quarta tese, como decorrência da anterior, insiste em que devemos reconhecer, “de um lado, a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana” (ibidem, p. 88). Além disso, o autor fala do enorme desafio determinado “pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, terceirizado, participantes da economia informal, da subclasse dos trabalhadores” (ibidem, p. 88).

Finalmente, a quinta tese de Antunes diz respeito ao “estranhamento”: “no que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa” (ibidem, p. 92).

Em *Os Sentidos do Trabalho* (1999), nosso autor faz um estudo mais amplo e aprofundado – tanto teórico quanto empírico – das mutações no mundo do trabalho, as quais tiveram como resultado uma “classe trabalhadora ainda mais diferenciada, entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.” (p. 199). Todas estas constatações levam-no a reafirmar sua tese:

“Pelo que expus ao longo deste texto afirmando que as teses do fim da centralidade do trabalho e sua substituição pela esfera comunicacional ou

da inter-subjetividade encontra seu contraponto quando se parte de uma concepção ampliada de trabalho, que o contempla tanto em sua dimensão coletiva quanto na subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto na do improdutivo, tanto material quanto imaterial, bem como nas formas assumidas pela divisão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora, etc.; dentre vários elementos anteriormente apresentados, permitem recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea.” (idem, p. 182)

Em *O Caracol e sua Concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* (2005), livro que reúne textos publicados entre 1999 e 2004, embora reconheça que “o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial” (Antunes, 2005:27) e que o conjunto formado por estes trabalhadores mais os desempregados chega a uma terça parte da população economicamente ativa, nosso autor reitera a tese da centralidade do trabalho e para isso apresenta, entre outros, os seguintes argumentos:

- 1) as teses da perda da centralidade do trabalho apresentam um viés eurocêntrico, na medida em que “pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado *Terceiro Mundo*” (ibidem, p. 32);
- 2) a diversificação das funções e dos regimes contratuais não configuraria uma diminuição da relevância da classe trabalhadora. Ao contrário, esta enorme diversificação permite “recolocar e dar concretude à tese da categoria centralidade do trabalho, revitalizando (...) as ciências sociais do trabalho, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos” (ibidem, p.33);
- 3) não há uma substituição do trabalho pela ciência, ou mesmo a substituição da produção de valores de uso pelo que se chama esfera comunicacional, ou ainda a substituição da produção pela informação: “...o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação (...) entre as atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção...”. (ibidem, p. 37)

Após defender que o trabalho vivo continua sendo a atividade determinante tanto da acumulação de capital quanto da vida social¹¹, Antunes menciona as manifestações de trabalhadores por todo o mundo para dizer que “elas recuperam, (...) aquela que talvez seja a batalha central da humanidade hoje: a busca de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. O que mostra, em nosso entendimento, a força e a centralidade do trabalho” (ibidem, 38).

¹¹“Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização...” (Antunes, 2005:69)

2. O trabalho como uma invenção do capitalismo

Para dar conta do que é anunciado pelo título desta seção, mostraremos que no capitalismo: 1) o *status* social do trabalho passou por uma notável transformação: de castigo foi transformado em prêmio; 2) o trabalho se tornou o fundamento da prática econômica e da reflexão sobre ela (Economia Política); 3) a verdadeira economia é a economia de tempo de trabalho (Marx).

2.1. A transformação das atividades laborais: de castigo a prêmio

Nesse momento, é conveniente recorrer à distinção que Hannah Arendt (1981) propõe entre os significados das palavras labor e trabalho, no capítulo intitulado “o labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos”. Nesta frase de Locke, diz Arendt, “... está presente a distinção entre o artífice que trabalha com as mãos (...) e aqueles que, como escravos e animais domésticos, atendem com o corpo às necessidades da vida” (p. 90). Desde os gregos, labor (*ponos*)¹² tem a conotação de atividade corporal destinada a atender as necessidades biológicas. Este desprezo pelas atividades que demandavam esforço físico leva a classificar como mais mesquinhas “aquelas ocupações nas quais o corpo se desgasta” (ibidem, p. 92). “Laborar”, diz a filósofa, “significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (ibidem, p. 94).

Na mesma frase de Locke, a noção de “trabalho das mãos” está se referindo àquelas atividades que exigem habilidades e conhecimentos materializados em objetos (obras de arte, edifícios, etc.) que podem ser considerados expressões da subjetividade de quem as realiza. Como este não é o caso das atividades executadas pelos assalariados, praticamente todas as atividades produtivas, que na modernidade passaram a ser chamadas de trabalho, deveriam ser equiparadas àquelas que antes eram designadas como labor e, por isso, indesejáveis. Uma vez que, em lugar de desprezíveis, essas ocupações foram guindadas ao posto de atividades nobres, é preciso explicar como foi possível esta transformação. Segundo a mesma autora,

“A súbita espetacular promoção do labor, da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o <labour> é fonte de toda a propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que este mesmo <labour> era fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no <system of labor> de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem”. (Arendt, 1981:113).

¹² “O grego não tem um termo que corresponda a “trabalho”. Uma palavra como *ponos* aplica-se a todas as atividades que exigem esforço penoso e não somente às tarefas produtivas com valores socialmente úteis” (Vernant, 1989:10).

Ao contrário desta interpretação, que parece conferir às idéias o poder de mudar a prática, pensamos que foi uma mudança na prática que levou os mencionados pensadores a transformarem o trabalho em conceito fundamental de suas teorias. Os três autores citados por Hannah Arendt são contemporâneos da subsunção das atividades produtivas à acumulação de capital e é este processo que transforma as atividades particulares em trabalho.

De fato, a expansão da produção de mercadorias é simultânea à transformação de todas as atividades humanas criadoras de valores de uso em atividades criadoras de mais valia e, portanto, sob o controle dos capitalistas. Foi esta abstração real – a transformação das atividades concretas geradoras de valores de uso em atividades abstratas produtoras de valores de troca –, que induziu a que se designasse com o vocábulo trabalho praticamente qualquer atividade humana, fazendo-se caso omisso de suas particularidades e especificidades (quantidades e qualidades do trabalho vivo, meios materiais utilizados, resultados e relações sociais implicadas)¹³.

Na medida em que mais e mais atividades passaram a ser remuneradas, foi se ampliando a quantidade e a variedade das atividades designadas pelo termo “trabalho”. Assim, os afazeres diários de conservação e reprodução da vida – lavar, cozinhar, cuidar dos filhos etc. – também passaram a ser chamados de trabalho, recebendo o adjetivo “doméstico”. Até muito recentemente, quando perguntadas se trabalhavam, as donas de casa respondiam que não, muito provavelmente porque não eram socializadas pela relação de compra e venda. No entanto, a mesmíssima atividade de cozinhar, lavar roupa, cuidar de crianças, quando realizada num espaço público é remunerada e considerada trabalho. Por quê? Damos a palavra a André Gorz (1997):

“ Porque o “trabalho” está definido de entrada como uma atividade *social*, destinada a inscrever-se no fluxo dos intercâmbios sociais na escala de toda a sociedade. Sua remuneração testemunha esta inserção, mas tão pouco é o essencial: o essencial é que o “trabalho” preenche uma *função socialmente identificada e normatizada na produção e reprodução do todo social*. E para preencher uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificado pelas *competências socialmente definidas* que ele põe em funcionamento segundo *procedimentos socialmente definidas*. Em outros termos, deve ser um “ofício”, uma “profissão”, quer dizer, *a efetivação de competências institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados*”.(p. 13)

Desta longa citação cabe destacar: 1) que o trabalho, como nós conhecemos (como também a idéia de trabalho), é uma construção social; 2) esta legitimação social se fundamenta no valor de troca, na obtenção de uma remuneração; 3) não depende do

¹³ A Economia Política estabeleceu uma distinção entre trabalho produtivo – quando resultava num valor de uso, para Adam Smith; e quando produzia mais-valia, para Marx – e improdutivo, mas sempre conservando a mesma designação de trabalho.

conteúdo da atividade, nem do que ela pode proporcionar em termos de realização pessoal e enriquecimento espiritual, mas da remuneração.

O império do critério econômico que, junto com a difusão da racionalidade capitalista, passou a servir inclusive para conferir existência social e respeitabilidade aos indivíduos, inverteu os valores que tradicionalmente eram atribuídos às diversas atividades de reprodução da vida social. Ditados populares do tipo “Deus ajuda a quem cedo madruga” ou “o trabalho enobrece” sintetizam uma ordem valorativa sem paralelos em outras sociedades:

“Os gregos livres encaravam o trabalho dependente com o maior desprezo, bem como qualquer outra atividade que implicasse fadiga física, ou ainda qualquer atividade executiva. No tempo de Péricles, mesmo o mais humilde dos atenienses teria estremeado diante das palavras “executivo”, hoje em dia alardeada com vaidade por muitos funcionários. Segundo Aristóteles e Platão, se comparada à produção de idéias, toda execução de objetos materiais – até mesmo a de obras-de-arte como as estátuas de Praxíteles – representavam uma atividade de segunda ordem” (De Masi, 1999:13).

Também Offe (1989) menciona a dissolução das diferenças entre as múltiplas atividades diárias, diferenças que a utilização do termo trabalho ajudou a sepultar:

“A antiga hierarquia entre atividades “inferiores” e “superiores”, entre meros afazeres úteis ou necessários e manifestações significativas de vida (que se reflete na maior parte das línguas européias através da dualidade de conceitos como *ponos/ergon*, *labor/opus*, *labour/work*, *Arbeit/Werk*, *trabalho/obra*), foi nivelada e até mesmo invertida em consequência do triunfo da reforma teológica, das construções teóricas político-econômicas e da revolução burguesa”. (p.14).

2.2. O trabalho como fundamento da prática e da teoria econômicas.

Segundo Claus Offe (1989), a expressão “sociedade do trabalho” parece ter sido cunhada por Ralf Dahrendorf¹⁴ e se deve a que os grandes modelos explicativos da sociedade burguesa têm no trabalho o seu conceito basilar. Para o primeiro, “o modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das

¹⁴ Uma das epígrafes da mencionada obra de De Masi (1999:4) é uma frase de Ralf Dahrendorf, na qual a expressão sociedade do trabalho parece atribuída a Hannah Arendt: “A Sociedade do desenvolvimento foi também uma sociedade do trabalho. A vida dos homens era construída em torno do trabalho (...). Pode-se até mesmo dizer que a figura do homem trabalhador representou o ideal desta sociedade. Resta-nos perguntar: o que irá acontecer quando – para citar Hannah Arendt – à **sociedade do trabalho**, o próprio trabalho vir a faltar?” (grifos nossos)

pesquisas de Marx, Weber e Durkheim – configurando uma clara identidade, apesar das divergências na abordagem metodológica e nos resultados teóricos.” (Offe, 1989:14)

Antes de todos os pensadores acima mencionados, Adam Smith já havia colocado o trabalho como o mais importante conceito de sua explicação do funcionamento da economia de mercado. Ele inicia sua obra máxima afirmando que “o trabalho anual de uma nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (Smith, 1996:59). Com tal relevância na prática econômica, o trabalho não podia ocupar um lugar menor na reflexão sobre aquela prática. Como decorrência, Smith estabeleceu que o valor das mercadorias era determinado pela quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias ou pelo trabalho que com elas se podia adquirir ou comandar¹⁵. Poder-se-ia dizer então que a Economia Política se constitui como ciência quando adota o trabalho como seu conceito basilar¹⁶, o que por sua vez decorre da percepção de que a riqueza material é resultado da ação humana que transforma a natureza em coisas úteis.

A crítica de Marx à Economia Política é, ao mesmo tempo, continuidade e superação da tese de Smith. É continuidade porque assume que o valor é determinado pelo trabalho e é superação porque não hesita em fundar toda a sua interpretação do modo de produção capitalista sobre a lei do valor, o que levou Marx a constatar que o trabalhador vende sua força de trabalho e não o próprio trabalho. E, o que é mais importante, a fonte da acumulação de capital (a mais valia) é precisamente a diferença entre o valor criado durante o tempo de trabalho e o valor da própria força de trabalho. Ou seja, o capital é trabalho não-pago.

A força explicativa do conceito de trabalho pode ser avaliada pela plêiade de conceitos dele derivados: força de trabalho¹⁷, instrumentos e objeto de trabalho, trabalho necessário, trabalho excedente, trabalho morto, trabalho vivo, etc. O próprio trabalho, enquanto atividade, é definido por Marx (1988) de forma aparentemente tautológica, como “o uso da força de trabalho” (p. 215)¹⁸. Mas Marx foi ainda mais longe. Para ele, o trabalho é “a atividade natural e eterna do homem” e constitui a atividade fundadora da própria humanidade, concepção esta defendida por Engels no opúsculo “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”.

¹⁵ A teoria do valor-trabalho tem nuances de autor para autor. Uma das muitas interpretações é a de João Bernardo (1989).

¹⁶ “É em torno do *trabalho* que girarão todos os conceitos da Economia Política...” (Figueira, 2001:17).

¹⁷ A filósofa Hannah Arendt (1981:99) qualifica este conceito como “o elemento mais original e mais revolucionário” do sistema de Marx.

¹⁸ A proeminência do trabalho na teoria social de Marx é tão acentuada que levou Karl Dunkmann, autor de *Sociologia do Trabalho*, a afirmar, corretamente segundo Arendt “que o título da grande obra de Marx é inadequado: deveria ter sido *System der Arbeit*” (ibíd.:113)

2.3. O desenvolvimento do capitalismo: economia de tempo de trabalho.

“A economia efetiva - poupança - consiste na poupança de tempo de trabalho (...); mas esta poupança se identifica com o desenvolvimento da força produtiva” (Marx, 1978,I:236).

Na sociedade burguesa, o poder das classes dominantes provém de sua capacidade de acumular trabalho social e esta acumulação é o fim último de todos os avanços nas técnicas de produção, as quais visam a expansão ilimitada das mercadorias, tanto em quantidade quanto em variedade. Para alcançar este objetivo, o capital precisa aumentar o exército de trabalhadores e a quantidade de trabalho extraída de cada trabalhador. Como “único elemento não previsível do capital” (Cleaver, 1989) a classe trabalhadora reage, rebela-se e obriga o capital a desenvolver os instrumentos de trabalho no sentido da automatização. Só assim, livrar-se-ia do seu inoportuno inimigo: o trabalhador¹⁹.

O desenvolvimento do capitalismo nestes 200 anos que nos separam do início da mecanização da indústria têxtil inglesa pode ser interpretado como o desenvolvimento da **autonomização**²⁰ dos meios de trabalho frente aos trabalhadores. Sublinhe-se: não se trata apenas da difusão da máquina para auxiliar os trabalhadores. Trata-se da difusão da **automatização, da substituição do trabalho vivo**, cujo resultado é a existência, nos dias de hoje, de processos de trabalho – na indústria, na agricultura, nos serviços – em que a quantidade de trabalho vivo é muito pequena ou mesmo já é praticamente nula.

Esta possibilidade já havia sido percebida por Marx, como se pode ver na seguinte passagem dos “*Grundrisse*”:

“El supuesto de esta producción es, y sigue siendo, la magnitud de tiempo inmediato de trabajo, el cuanto de trabajo empleado como el factor decisivo en la producción de la riqueza. En la medida, sin embargo, en que la gran industria se desarrolla, **la creación de la riqueza efectiva se vuelve menos dependiente del tiempo de trabajo y del cuanto de trabajo empleados** que del poder de los agentes (...) poder que a su vez (...) no guarda relación alguna con el tiempo de trabajo que cuesta su producción, sino que depende más bien del estado general de la ciencia y del progreso de la tecnología, o de la aplicación de esta ciencia a la producción “ (Marx, 1978, II:227/8).

Marx escreveu esta passagem entre 1857 e 1858, o que explica sua preocupação em reafirmar que o pressuposto do sistema capitalista era e continuava sendo, do mesmo modo que para Smith um século antes, “a magnitude do tempo de

¹⁹ Bernardo (1991) apresenta um modelo explicativo da economia capitalista no qual coloca os conflitos sociais como motor de todo o processo de acumulação de capital.

²⁰ O desenvolvimento desta tese encontra-se em Vieira (1995).

trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza”.

Mas isto se modificaria com o desenvolvimento da grande indústria. Portanto, não será razoável considerar que os monumentais avanços científicos e tecnológicos provocados pela acumulação capitalista nos quase 150 anos que se passaram desde que Marx escreveu esta passagem, estão fazendo com que “el trabajo en su forma inmediata ha cesado de ser la gran fuente de la riqueza” e por isso, “o tempo de trabalho deixa de ser a medida do valor de uso”? (ibidem, p.228).

Nos países capitalistas centrais, os elevados níveis de desemprego que, segundo alguns autores, dificilmente poderão ser diminuídos, não seriam já os sinais de uma nova fase do capitalismo, uma fase na qual “el *plustrabajo de la masa* ha dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza social, así como el *no-trabajo de unos pocos* ha dejado de serlo para el desarrollo de los poderes generales del intelecto humano” (ibidem, p. 228-9)?

A mais-valia da massa de trabalhadores só pode estar deixando de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, porque o trabalho humano vivo abstrato também está deixando de sê-lo, substituído que foi pelo trabalho passado. Em outras palavras, **o trabalho está perdendo sua centralidade**. Ou melhor, estamos diante das **condições objetivas** para que o trabalho perca sua centralidade, ou ainda, para que os homens se libertem do jugo do trabalho²¹. Esta situação coloca então a possibilidade de escolher entre aproveitar as potencialidades tecnológicas e lutar pela superação da “ideologia do trabalho”, ou continuar submetidos a ela e continuar defendendo que o trabalho, como até agora o concebemos, deva ser a atividade central da vida.

No entanto, tal proposição parece inaceitável porque, como dissemos na Introdução deste artigo, tanto para o capital quanto para a Crítica da Economia Política, o questionamento da centralidade o trabalho tornou-se uma espécie de tabu que, no entanto, precisa ser superado. Na próxima seção trataremos de oferecer subsídios para esta grandiosa tarefa.

3. A centralidade do trabalho: elementos para uma crítica

Antes de abordarmos criticamente a corrente da centralidade, vamos comparar nossas idéias com as duas correntes da Seção 2 que podemos considerar dentro do campo de crítica ao capitalismo, o *NeoLafarguismo* e a *Social Democracia Radicalizada*. Com elas compartilhamos a percepção de que os atuais níveis de desemprego e de automatização anunciam o alvorecer de uma época em que a produção de valores de uso demandará cada vez menos trabalho vivo e por isso, a quantidade

²¹ Com relação à redução do trabalho vivo no processo produtivo, Moraes Neto (2004), faz a seguinte afirmação em nota final: “mesmo as complicações postas para a compreensão do papel do trabalho vivo na nova base técnica não devem obscurecer a noção de que, para efeito da realização das operações de natureza produtiva, a automação leva inexoravelmente a uma crescente prescindibilidade do trabalho vivo, aspecto inerente ao próprio conceito de automação” (p. 31).

deste não pode mais ser o critério para o acesso aos meios de subsistência e muito menos a base da inserção na vida social. Esta convergência tem conseqüências políticas e teóricas profundas. Sobre elas as duas correntes divergem. A *social democracia radical* propõe formas de repartição do tempo e de rendimentos desvinculados do trabalho, ou seja, políticas de transição. Os *neolafarguistas* propõem uma ruptura radical com o *status quo*. Já na teoria há uma concordância: urge romper com a categoria trabalho. De nossa parte pensamos que esta concordância básica é prioritária, pois sem ela não se poderá pensar em alternativas ao trabalho assalariado. Mas há também uma discordância. Enquanto para o *Krisis* é absolutamente imprescindível superar o sistema produtor de mercadorias, esta questão parece não ser fundamental para Gorz. Em nosso ponto de vista, a mercadoria não é, em si mesma, a fonte das iniquidades, mas sim a sua submissão à obsessão pela acumulação de dinheiro, o seja, o capitalismo.

Voltando à concordância quanto à imperiosidade da crítica ao conceito de trabalho, não é difícil perceber que sua aceitação implica a implosão das ciências sociais que se fundamentam no conceito de trabalho e a caducidade imediata das estratégias políticas nele inspiradas, como é o caso da teoria social de Marx e das correntes políticas comunistas e socialistas da mesma derivadas. Precisamos, portanto, fazer a crítica da corrente marxista da centralidade do trabalho. Embora tenha sido elaborada cabalmente por Marx e Engels, esta tese tem uma longa tradição no pensamento ocidental e, como mostrou Hannah Arendt, remonta pelo menos a John Locke (1632-1704) e deve, portanto, ser considerada como parte da luta ideológica da sociedade burguesa contra o mundo feudal.

Nesta perspectiva, entende-se porque o Locke atribuiu ao trabalho o poder de gerar propriedade e Smith o de criar riqueza. Quando escreveu que “os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural” (Marx, s/d, p. 209), Marx admitiu que a glorificação do trabalho era uma necessidade absoluta para a burguesia, que estava interessada na produção de valores de uso como meio para a produção de valor excedente. Ironicamente ele elevou esta mesmíssima atividade à condição de criadora do próprio homem. Por que o fez? Está para além dos objetivos deste artigo uma resposta mais detalhada e esta pergunta, razão pela qual nos limitamos a propor a seguinte hipótese: ao assumir, no plano teórico, os pressupostos da Economia Política (e, portanto, da própria burguesia) e ao mesmo tempo colocar-se, no plano prático da luta de classes ao lado dos trabalhadores²², a perspectiva do trabalho permitiu a Marx alcançar dois importantes resultados. O primeiro, demonstrar cientificamente, quer dizer, no plano teórico, que a riqueza (e, portanto, o próprio mundo burguês) era resultado do esforço dos trabalhadores. O segundo, no plano político, fundamentar logicamente o protagonismo dos não proprietários, que assim, de atores coadjuvantes, passaram a criadores da vida social e os únicos interessados na superação da sociedade capitalista.

Não obstante, para defender que o trabalho seja o centro da vida tanto para os proprietários dos meios de produção quanto para os não proprietários ou ainda que ele

²² Ver, a esse respeito, Bernardo (1991).

seja a essência da humanidade²³, é preciso desconsiderar que: a) o homem burguês (*o homo oeconomicus*) deve ser produtor, acumulador e consumidor; b) que a acumulação de capital é, como mostrou Marx, acumulação de trabalho; c) que a perda dos meios de produção e da proteção da vida comunitária consuetudinária afundava na incerteza a obtenção dos meios de subsistência, que deviam ser adquiridos no mercado. Nestas circunstâncias, para os primeiros, obrigar ao trabalho significava aumentar a riqueza e garantir sua posição social. Para os últimos, trabalhar ou não poderia ser a diferença entre viver ou não²⁴. Assim, tanto no plano das idéias quanto no plano da prática as atividades produtoras de valores de uso foram sendo se tornando vitais para capitalistas e trabalhadores e, simultaneamente, desligando-se das demais atividades, deixando de ser (aparentemente) uma parte inseparável das múltiplas e diversificadas atividades que os seres humanos realizam ao longo de seus dias e de suas vidas. Em outras palavras, o trabalho tornou-se um mundo à parte.

Como estas particularidades assumidas pela produção de valores de uso na sociedade burguesa foram transformadas na essência da humanidade? Naturalizando a concepção burguesa de homem. Da constatação de que o homem, como os demais animais (e todos os seres vivos), sobrevive através de certa quantidade de valores de uso, Marx saltou para a afirmação de que o homem, independentemente da época histórica, constituiu-se como tal no processo de produzir esses valores de uso. Esta afirmação, além de naturalizar um traço específico do mundo burguês, carrega uma grande dose de reducionismo, porque ignora que o processo de humanização implica as dimensões simbólica, espiritual e cultural. Sendo assim, não é válido tomar uma idéia abstrata como a de *trabalho* (que designa uma infinidade de atividades muito diferenciadas), que só tem sentido nos marcos simbólicos e culturais da sociedade capitalista, e transferi-la para sociedades com códigos culturais e simbólicos completamente diferentes. Para dizê-lo sinteticamente: as atividades criadoras de valores de uso (como todas as demais) são partes integrantes de uma cultura (valores, símbolos, relações sociais, etc.) e é esta que vai determinar o lugar, a importância, o significado daquelas atividades. O que, como e quanto produzir não é determinado pela própria atividade produtiva e sim fora dela, pelos códigos culturais estabelecidos ao longo da história²⁵ de cada sociedade.

²³ Posto que o ideal burguês de ser humano se contrapõe aos seres humanos social e historicamente existentes, estes reagem à concretização daquele, que deve ser visto então como um projeto e não um dado, uma realidade objetiva. Esta situação se verifica cada vez que a burguesia se enfrenta com outras culturas.

²⁴ “Não se deve esquecer naturalmente que, numa comunidade em que praticamente todos os bens são de propriedade privada, a necessidade de ganhar a vida é um incentivo poderoso e onipresente para os seus membros mais pobres” (Veblen, 1983:17).

²⁵ Sobre o debate entre a razão prática e a cultura, ver Sahlins (2003). Estamos concordando com ele quando diz que a “qualidade distintiva do homem não [é] o fato de que ele deve viver num mundo material, circunstância que compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única” (p. 7).

Assim, a idéia profundamente marxiana da historicidade dos conceitos, levamos a não aceitar a naturalização da tese da centralidade do trabalho, que, repita-se, é uma criação burguesa. Aliás, o próprio Marx parecia não estar seguro do lugar do trabalho na história, o que o levou a escrever passagens contraditórias. No primeiro volume de *O Capital*, o trabalho é descrito como “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza” (Marx, 1988:50), tese que parece ser negada no terceiro volume, onde se lê que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se **além da esfera da produção material propriamente dita**” (grifos nossos) (Marx, p. 942). Esta mudança no tratamento do tema²⁶ foi destacada por Hannah Arendt (1981):

“Embora o trabalho fosse uma “necessidade imposta pela natureza” e a mais humana e produtiva das atividades do homem, a revolução, segundo Marx, não se destinava a emancipar as classes trabalhadoras, mas a emancipar o homem do trabalho; somente quando o trabalho é abolido pode o “reino da liberdade” suplantar o “reino da necessidade”. Pois o “reino da liberdade começa somente onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela utilidade exterior”, onde termina o “império das necessidades físicas imediatas” (...) O fato é que, em todos os estágios de sua obra, ele define o homem como *animal laborans* para levá-lo depois a uma sociedade na qual este poder, o mais humano de todos, já não é necessário”. (p. 116-117).

Mas outra pergunta ainda pode ser feita com relação à centralidade do trabalho no capitalismo: o desenvolvimento científico e tecnológico da produção capitalista não subverteu esta tese? Em outros termos, ela ficou imune ao desenvolvimento capitalista destes três séculos?

Para os defensores da centralidade, a resposta é sim. A exposição das idéias de Antunes, realizada na subseção 2.5, mostrou que este autor nega a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Na mesma direção, Lessa (2002) afirma que a “tendência à diminuição da proporção da força de trabalho diretamente absorvida pela transformação da natureza não apenas não se contrapõe à centralidade *ontológica* do trabalho, mas ainda é *fundada exatamente por tal* centralidade” (p. 37). Vendo na história humana uma “tendência à diminuição do tempo socialmente necessário para a reprodução de sua base material” (idem), esse autor conclui que o desenvolvimento das forças produtivas apenas “significa que o trabalho tende a ser central na vida cotidiana de uma parcela cada vez menor da população” (idem).

Duas observações. Em primeiro lugar, comparativamente às sociedades não capitalistas, a sociedade burguesa não diminuiu e sim aumentou a quantidade de tempo dedicada à reprodução material. Basta lembrar o que aconteceu com a indústria inglesa

²⁶ Uma análise mais aprofundada dos avanços e recuos de Marx no tratamento da abolição do trabalho encontra-se em Moraes Neto (2004).

no Século XIX (aumento da jornada, trabalho infantil, etc.) e depois com a transformação de grande parte da humanidade em trabalhadores assalariados. Não há dúvidas quanto a que, nesta sociedade, a produção de valores de uso ocupa muito mais pessoas por mais tempo. Portanto, em termos absolutos, não há uma tendência natural à diminuição do tempo dedicado à reprodução material. Esta é uma tendência no modo de produção capitalista, provocada pelo inevitável aumento da produtividade e da automatização do processo de trabalho, mas que é contrabalançada pela insana expansão da quantidade e diversidade de valores de uso, que acaba aumentando o volume total de trabalho²⁷. Entre 1960 e 1996, nos países do G6 (Europa²⁸, Japão, EUA) as horas totais de trabalho passaram de 431 para 530 bilhões, embora a Europa registrasse diminuição (Husson, 1999:10)²⁹. Bluestone & Hamilton (2003, no prelo) mostram que, nos EUA, o número total de horas trabalhadas pela força de trabalho entre 25 e 54 anos de aumentou entre 1976 (1860 horas) e 1978 (quase 1990 horas), caindo para menos de 1840 horas em 1982. Neste ano inicia-se um ciclo de aumento contínuo (com quedas em 1990 e 91) até 2000 (2020 horas). De 1990 para 2000 aumentam as horas totais trabalhadas nos EUA (17,5%), Canadá (16%) e Espanha (14,15), caindo na França (2,0%), Suécia (2,2%) e Reino Unido (0,2%).

Junto com o aparecimento contínuo de novas formas de trabalho, o aumento das horas trabalhadas tem sido apresentado como prova da centralidade do trabalho. Isto é um fato. A questão é outra: qual sua causa? Ora, a própria centralidade que o trabalho tem para a continuidade da dominação do capital, que se baseia na produção e reprodução de valores de uso e de trabalhadores. Daí que não possa nem limitar as necessidades e muito menos aceitar que prevaleça uma outra forma de acesso aos meios de subsistência que não seja o mercado. Nestas condições, para continuar sobrevivendo, melhor seria dizer, para continuar consumindo, os não proprietários dos meios de produção são obrigados a vender suas forças de trabalho ou quaisquer outros serviços e produtos. Explica-se assim porque o trabalho continua aumentando. Esta é a base factual para que os defensores da centralidade do trabalho afirmem que este está mais vivo do que nunca, o que é impugnado por Gorz (2003):

“Para demonstrar que a “sociedade do trabalho” não está prestes a desaparecer, que o trabalho continuará a ser o cerne de nossas vidas, seus ideólogos vão ainda mais longe nessa indiferenciação: as atividades do técnico, do policial, do biscateiro, do padre, da prostituta etc., são todas atividades consideradas “trabalho”: todas possuem uma utilidade social e devem, por isso, de maneira ou de outra, ser remuneradas” (p. 133)

²⁷ Para a França, Husson (1999) mostra que entre 1896 e 1996 o PIB cresceu 917 %, o emprego 19%, enquanto as horas anuais de trabalho caíram 44%. A produtividade horária passou de 8,2 (francos) para 111,8.

²⁸ Europa aqui se restringe à Alemanha, França, Itália e ao Reino Unido.

²⁹ Em termos percentuais o aumento foi de 87% nos EUA, 15% no Japão. Na Europa houve uma queda de 17%.

Em suma, como uma imposição da lógica capitalista, múltiplas e diferenciadas atividades produtivas vão sendo continuamente niveladas, abstraídas de suas particularidades e transformadas em “trabalho”. Ao mesmo tempo, este passou por um processo de inversão: de condição indigna a elemento definidor do ser humano. Esse processo de nivelamento e inversão é simultâneo a um outro não menos importante e poderoso, o processo de “diferenciação e purificação, que pela primeira vez tornou possível a personificação do trabalho na figura do ‘trabalhador’...” (Offe, 1989:14). Esta abstração – o trabalhador – tão convincente, mas não menos simplificadora do que a figura do consumidor na teoria econômica neoclássica, passou a ser uma identidade social, um ator político, sobretudo quando a consciência dessa condição levava à formação de uma classe trabalhadora, a quem a tradição marxista atribuiu a missão histórica de colocar abaixo a sociedade burguesa. Não temos a intenção de debater esta questão, mas assinalar que ela se relaciona com a ambigüidade em que Marx parece ter incorrido quando abordou o potencial emancipatório do trabalho.

No capítulo da maquinaria, apesar de toda a veemente denúncia das condições degradantes a que são submetidos os trabalhadores, Marx (1988) afirma que do sistema fabril “brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos” (p. 554). Esta passagem está em flagrante contraste com a seguinte passagem dos *Manuscritos de 1844*:

“O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga” (MARX, 1983:93).

A contradição decorre da não explicitação das mediações – teóricas e práticas – que fariam uma atividade alienada e degradante frutificar em seu oposto: seres humanos plenamente desenvolvidos.

Considerações finais

Num texto exploratório como este, em lugar de conclusões, o fechamento deve conter novas perguntas, pois a apresentação em traços tão gerais de idéias que encerram tanta complexidade certamente levanta muitas dúvidas.

Temos consciência de que a pesquisa precisa ser aprofundada em pelo menos duas dimensões: a teórico-empírica e a histórico-geográfica. Quanto à primeira, emergem as questões referentes à relação entre trabalho e valor, bem como quanto à fundamentação empírica do grau de automatização dos processos de trabalho. No segundo grupo, destacam-se tanto o valor simbólico quanto sócio-econômico das atividades produtivas em diferentes tempos e espaços. Temos assim um bom programa de pesquisa pela frente.

Não obstante, esperamos ter levantado os argumentos que permitam fundamentar **a necessidade e a possibilidade** de um enfoque progressista sobre o trabalho, o qual consiste em desconstruir, no imaginário social, as idéias acerca da impossibilidade e mesmo desvantagem da vida deixar de girar em torno do trabalho. A possibilidade de tal enfoque decorre dos avanços científicos e tecnológicos gerados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, tanto quanto pelo aumento da percepção de que a quantidade de bens não é um sinônimo de felicidade. Essa desconstrução parece ser mais fácil nas sociedades onde a ideologia do trabalho, ao mesmo tempo causa e consequência da expansão do capitalismo, ainda não se enraizou com a profundidade alcançada nas sociedades do capitalismo central. E este é um aspecto que merece ser cuidadosamente estudado futuramente, porque poderá colocar os povos da “periferia” como vanguarda de uma sociedade do tempo livre.

Tentamos mostrar que, ao considerar o trabalho “como condição natural e eterna do homem”, Marx parece ter transferido para toda a história humana um traço cultural da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo, ele não estabeleceu qualquer distinção qualitativa entre os diferentes trabalhos, o que também contribuiu para depositar esperanças libertárias e enriquecedoras em atividades sem as mínimas potencialidades para tal. Assim as potencialidades libertadoras de uma atividade “autônoma de transformação da matéria” ou “prático-sensorial” através da “qual o sujeito se exterioriza produzindo um objeto que é sua obra” (Gorz, 1997: 11-12) foram pouco a pouco transferidas para as atividades realizadas sob a égide do capital. Por isso, as atividades que na modernidade passaram a abrigar-se sob a palavra trabalho se assemelham muito pouco às atividades autônomas e independentes que poderiam ser a expressão das potencialidades intelectuais e criativas de quem as executava.

Além deste esvaziamento de conteúdo³⁰, o desenvolvimento do capitalismo provocou uma diminuição extraordinária do tempo de trabalho necessário à produção dos bens e serviços, que só não é mais visível devido à alienada e insana criação de novas e fictícias necessidades, cujo atendimento demanda mais trabalho.

Quanto ao tema do impacto político da proposta da ruptura com o conceito de trabalho, pensamos que um projeto político revolucionário e coerente com as atuais condições científicas, tecnológicas e culturais deve recusar aquela abstração anteriormente mencionada. Isso implica uma luta pela repartição da riqueza em outras

³⁰ No Século XX, este esvaziamento dos conteúdos do labor – que tem na divisão manufatureira do trabalho seu marco inicial – foi conscientemente promovido pelas iniciativas capitalistas denominadas taylorismo e fordismo, cujas consequências o próprio capital tratou de remediar com outras iniciativas denominadas enriquecimento de tarefas. Ver, a respeito, Vieira (1995).

bases que não o assalariamento ou a participação direta na produção e, não menos importante, pela busca de sentido para a vida em outras dimensões que não a razão prática.

Literatura citada

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. São Paulo, Forense Universitária, 1981.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo, Scritta, 1995.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.
- BLUESTONE, Barry & HAMILTON, Barbara. *Toward a better measure of labor market capacity: the role of work hours in aggregate labor supply*. Disponível em: <www.csls.ca/events/cea2003.asp>, 2003, 38 páginas, (no prelo).
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII, Vol. 2, Os jogos da troca*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BRIDGES, William. *Um mundo sem empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CLEAVER, H. *Una lectura política de El Capital*. México, FCE, 1989.
- DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo, Esfera, 1999.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara (Org.). *Economistas Políticos*. São Paulo, Musa Editora. Curitiba, Segesta Editora, 2001.
- FORTUNE. *De-jobbed worked*. 19.09.1994.
- FRAGA, Paulo Denisar. *O trabalho continua vivo – entrevista com Sérgio Lessa*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 52, setembro de 2005. (Entrevista disponível na página www.espacoacademico.com.br).
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. São Paulo, Forense Universitária, 1982.
- _____. *Misérias del presente, Riqueza de lo posible*. Buenos Aires, Paidós, 1997.
- _____. *Metamorfoses do trabalho – crítica da razão econômica*. São Paulo, Annablume, 2003.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. In: Cadernos do LABUR número 02, Departamento de Geografia Urbana, FFLCH/USP, 1999.

Pedro Antonio Vieira e Helton Ricardo Ouriques

- HUSSON, Michel. *Fim do trabalho ou redução de sua duração?* In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, n. 5, dezembro de 1999, p. 5-23.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo, Hucitec/Unesp, 1999.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- MAJNONI D' INTIGNANO, Béatric. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la crítica de la Economía Política (Gründrisse 1857-1858)*. México, Siglo XXI, Vol. I, 1978.
- _____. *Crítica ao programa de Gotha*. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas – volume 2. São Paulo, Alfa-Omega, s/d.
- _____. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. In: FROMM, Erich. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1983, p. 83-170.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Volume 1, 1988.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *O percurso teórico da “abolição do trabalho” (ou da superação da angústia smithiana) em Marx: avanços e recuo*. Rio de Janeiro, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, n. 14, p. 7- 31.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *El empleo en el mundo 1996-97*. Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1996.
- _____. *Informe sobre el empleo en el mundo 1998-1999*. Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1998.
- PRIEB, Sérgio. *O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí, Editora da Unijuí, 2005.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- VERNANT, Jean-Pierre. e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas, Papirus, 1989.
- VIEIRA, Pedro A. *Control de la fuerza de trabajo y automatización de los medios de trabajo*. México, Facultad de Economía de la UNAM, 1995 [Tese de Doutorado].